

**ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS nº. 010/2022**

Nº 010/2022: RARE BRASIL-SEMAS/PA  
Processo Administrativo Eletrônico - PAE N.º 1396389/2022

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE  
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO  
PARÁ – SEMAS, E ASSOCIAÇÃO RARE DO  
BRASIL.**

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada SEMAS, com sede na Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº.1360811, emitida pela PC/PA e do CPF nº. 296.202.102-63, residente e domiciliado na cidade de Belém-PA; e ASSOCIAÇÃO RARE DO BRASIL, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, doravante denominada RARE, com sede na Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445, 3º andar, Sala 33 São Paulo - SP, Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 20.883.176/0001-46, neste ato, representada por MONIQUE BARRETO GALVÃO, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP, inscrita no CPF-MF sob o no. 814344725-15, RG 08632072-60; ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à Lei Federal nº. 8.666/1993 (art. 116), à Lei Federal nº. 13.019/2014 e alteração pela Lei Federal nº. 13.204/2015, bem como ao Decreto Estadual nº. 1.835/2017, que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, além da Portaria SEMAS nº. 784/2020, que padroniza o procedimento de atendimento para propostas de Acordo de Cooperação, no âmbito da SEMAS.

**RESOLVEM**, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este **ACORDO** tem por objeto a cooperação mútua para a realização e execução de ações do **Programa PESCA PARA SEMPRE**, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.





## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

3.1. Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

3.1.1. Elaborar Planos, Programas, Projetos e Ações com finalidades específicas, conforme acordado e definido entre si, e constituirão parte integrante desde **ACORDO**;

3.1.2. Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;

3.1.3. Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste **ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expresso entre as **PARTES**;

3.1.4. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;

3.1.5. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;

3.1.6. Disponibilizar equipe de servidores, funcionários e/ou colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;

3.1.7. Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus servidores e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;







**3.1.8.** Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos de propostos ou indicados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS**

##### **4.1. Compete à SEMAS:**

4.1.1. Estabelecer representantes no quadro da **SEMAS** que garantam, como membros da Comissão Gestora da parceria, a facilitação da execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado. Sendo estes, preferencialmente representantes da Diretoria de Ordenamento, Educação e da Descentralização da Gestão Ambiental (DIORED) por meio de suas gerencias de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ambiental (GERCOZ), Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM) e Diretoria de Licenciamento Ambiental por meio da Gerência de Fauna, Flora, Aquicultura e Pesca (GEFAP).

4.1.2. Disponibilizar informações relativas ao arranjo institucional do Governo do Estado e dados organizacionais básicos relativos a si e que importem no âmbito do **ACORDO**;

4.1.3. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, informações relativas a Políticas, Planos, Programas, Projetos e Ações do Governo Estadual relacionados às pastas ambiental, econômica e social;

4.1.4. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados e informações sobre os recursos públicos e privados já existentes, incluídos os comprometidos e ainda não executados, utilizados para atividades administrativas, de gestão, fiscalização e monitoramento;

4.1.5. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos à dinâmica de uso e mudança de uso da terra, incluindo os concernentes ao desmatamento ilegal e a todos os demais aspectos geográficos, econômicos e sociais, instrumentos e ferramentas de gestão utilizados, bem como os vetores de pressão conhecidos ou identificados;

4.1.6. Acompanhar sistematicamente o andamento da Cooperação, a fim de avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos desenvolvidos;

4.1.7. Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos estipulados por esta Cooperação.



**4.2. Compete conjuntamente à RARE:**

4.2.1. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **RARE** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. executar o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Acordo de Cooperação, de acordo com sua disponibilidade de recursos angariados para este fim específico, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto Estadual nº. 1.835/2017;
- II. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº. 1.835/2017;
- III. prestar contas à Administração Pública, em especial quanto ao alcance das metas pactuadas, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Acordo de Cooperação, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do Decreto Estadual nº. 1.835/2017;
- IV. promover atividades conjuntas de formação, capacitação e instrução, incluindo o intercâmbio de profissionais das duas instituições;
- V. permitir o livre acesso do gestor da parceria, da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias no âmbito da SEMAS e órgão de controle interno e externo, aos documentos relativos à execução do objeto do Acordo de Cooperação, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento "in loco" e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- VI. zelar pela correta e adequada utilização dos bens e produtos resultantes das atividades previstas neste Acordo de Cooperação, em conformidade com o objeto pactuado, responsabilizando-se pela guarda, manutenção e despesas decorrentes;
- VII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- VIII. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, nos termos do Decreto Estadual nº. 1.835/2017;
- IX. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da RARE e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- X. Compartilhar com a SEMAS todas as informações geradas durante o projeto bem como



acesso e disponibilização de bancos de dados, para o processamento, gestão, análise e sistematização dos dados de monitoramento da pesca em política de dados compatível com a da SEMAS;

XI - responsabilizar-se executar nas unidades de conservação ações exclusivamente com a prévia anuência dos Conselhos Deliberativos da respectiva UC conforme LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, e Concessionária, quando houver celebrado na unidade de conservação o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso -CCDRU.

XII - responsabilizar-se exclusivamente por assegurar que toda produção e uso de imagem que envolva unidades de conservação ou patrimônio material e imaterial de populações tradicionais conte com prévia e específica autorização da SEMAS, do órgão gestor da UC e das comunidades.

XIII - responsabilizar-se exclusivamente pelo cumprimento das exigências legais previstas para a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil e outros, nos termos da Portaria MCT nº 55, de 14.03.1990 e do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990.

4.2.2. Contribuir, de acordo com sua disponibilidade financeira, com recursos técnicos e humanos para a execução de atividades previamente acordadas e que se encaixem no objeto deste **ACORDO**;

4.2.3. Resguardar quaisquer informações repassadas, sendo a utilização destas restrita à execução das atividades estabelecidas neste **ACORDO**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS**

5.1. O presente **ACORDO** **NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;

5.2. Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO** de Cooperação, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos previstos no Projeto;

5.3. Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO** de Cooperação para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os

contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

5.4. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento;

5.5. É facultada à **Rare** a prospecção de recursos financeiros como forma de recuperar seus custos no âmbito deste **ACORDO**.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, observados o artigo 42, VI, da Lei Federal nº. 13.019/2014 e o artigo 32 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. As **PARTES** designarão e a **SEMAS** publicará, em ato específico, os integrantes da Comissão Gestora da presente parceria, instância responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e aos moldes do estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO

8.1. A **SEMAS** promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

9.1. As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

9.2. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;



9.3. Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra PARTE como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada da **SEMAS**;

10.2. Quando da autorizada liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;

10.3. As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste Instrumento até 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de até 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos no art. 40 da Lei Federal nº. 9.279/1996;

10.4. Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;

10.5. Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

10.6. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanhar o cumprimento de tal obrigação;

10.7. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS**

**11.1.** Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**;

**11.2.** As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

**11.3.** Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

**11.4.** Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

**11.5.** Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS e RARE**;

**11.6.** Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

**11.7.** As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

**11.8.** Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.





## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

12.1. A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos, da Lei de Acesso à Informação e de plataforma eletrônica de transparência, conforme Decreto Estadual nº. 1.835/2017, artigos 52 e 55;

12.2 A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da SEMAS, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas;

13.2. As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
<b>SEMAS</b>	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
<b>RARE do Brasil</b>	Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 3º andar, Sala 33, São Paulo – SP, CEP: 05415-030

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

14.1. Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente Decreto Federal nº. 8.772/2016, Medida Provisória nº. 2.186-16/2001, a Resolução CGEN-MMA

nº. 34/2009, Resolução INPI nº. 207/2009 e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL

15.1. As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

15.2. Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

16.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;

16.3. Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

16.4. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

17.1. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

18.1. As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da Lei Federal nº. 12.846/2013, do Decreto Estadual nº. 2.289/2018, bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES INSTRUMENTOS**

19.1. Anexo I – Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

20.2. As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

20.3. É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

21.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

21.2. Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avançadas;

21.3. Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

22.1. As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) e que não tenham sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente **ACORDO**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

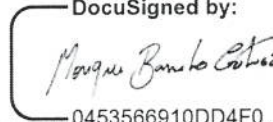
Belém, 8 de novembro de 2022..



**JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e  
Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA

DocuSigned by:

  
0453566910DD4F0...

**MONIQUE BARRETO GALVÃO**

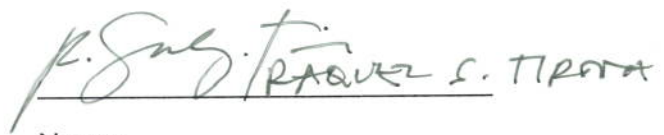
Vice-presidente Associação Rare do Brasil

Testemunhas:



Nome: **ROSOLINO ZANKOWSKI**

CPF: **442.886.112-53**



Nome:

CPF:



**PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

**1) DADOS GERAIS:**

<b>Órgão / Entidade Proponente 2:</b> Associação RARE do Brasil		<b>CNPJ:</b> 20.883.176/0001-46	
<b>Endereço:</b> Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445, 3º andar, sala 33			
<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 05415-030	<b>DDD / Telefone:</b> (11) 989162577 e (91)98563-0992
<b>Nome do Responsável:</b> Monique Barreto Galvão			<b>Cargo:</b> Vice-presidente
<b>Órgão/Entidade Concedente:</b> Secretaria de Estado de Meio ambiente e Sustentabilidade – SEMAS		<b>CNPJ:</b> 34.921.783/0001-68	
<b>Endereço:</b> Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco.			
<b>Cidade:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66.093-677	<b>DDD / Telefone:</b> (91) 3184-3398
<b>Nome do Responsável:</b> JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA			<b>Cargo:</b> Secretário de Estado

## 2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:

2. **ACORDO DE COOPERAÇÃO** que entre si celebram a **SEMAS/PA e Associação RARE do Brasil** visando a cooperação mútua para a realização e execução de ações do Programa PESCA PARA SEMPRE, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

### Período de Execução:

Janeiro de  
2023

Dezembro de  
2027

### Identificação do Objeto:

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a cooperação institucional para promoção da gestão sustentável dos recursos pesqueiros e a conservação da biodiversidade, estimulando o fortalecimento comunitário com a participação das populações tradicionais, por meio da gestão participativa com base nos eixos e elementos do Programa Pesca para Sempre.

## 3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

**SOBRE A ORGANIZAÇÃO:** A Rare Brasil é uma organização da sociedade civil (OSC) local que foi estabelecida no país em 2014 e possui um Acordo de Afiliação com a Rare Inc. para implementação do Programa Global denominado Pesca para Sempre, que está sendo executado em 8 países em parceria com 30 governos estaduais, 163 governos locais e mais de 1.000 comunidades, conforme dados do nosso portal de transparência. A Rare Brasil conta com colaboradores que possuem experiência em ciência e política da pesca. Atualmente com sede em São Paulo/SP e um escritório em Belém/PA, a Rare Brasil atua em parceria com diferentes níveis governamentais (municipal, estadual e federal), universidades, organizações do setor privado, terceiro setor e associações representativas, bem como lideranças comunitárias, na promoção da gestão sustentável da pesca artesanal, da proteção dos recursos naturais, da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida e geração de renda das comunidades pesqueiras tradicionais. Para tanto, a Rare Brasil implementa com uma rede de parceiros o Programa Pesca para Sempre em Unidades de Conservação (UCs) costeiras e marinhas no estado do Pará. A estrutura de governança da Rare conta com uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração e um Conselho Consultivo cujos conselheiros se dividem nas comissões de Captação de Recursos e na Técnica de Conservação. Até dezembro de 2021 a organização foi financiada pelo Instituto Humanize e dois doadores individuais.

**JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA NO ESTADO DO PARÁ:** Na costa do Estado do Pará, a pesca é realizada principalmente por populações tradicionais, de maneira artesanal. Atualmente nessa região existem 364.142 hectares de áreas protegidas de uso sustentável, totalizando 12 Reservas Extrativistas Marinhas (Resex) que visam proteger os modos de vida das populações beneficiárias e os recursos naturais. Essas Unidades de Conservação, que estão localizadas ao longo de toda a área costeira do Estado do Pará, incluindo a Costa Leste da Ilha do Marajó, a Zona do Salgado Paraense e a Área Bragantina, são gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA). Estima-se que existam em torno de 472 comunidades e aproximadamente 81 mil pessoas



beneficiárias das Resex, sendo que 50% dessa população, ou seja, 40 mil pessoas, sejam pescadores artesanais exclusivamente e a maioria atua na informalidade (base de dados ICMBio, 2019 – análise Rare Brasil, 2019). O ICMBio, junto com os Conselhos Gestores dessas Resex, busca desenvolver a gestão sustentável dos ecossistemas costeiros, que inclui 390.589,41 hectares de manguezal na Amazônia (representando 27,92% dos manguezais do Brasil), sendo áreas estuarinas, berçários de diversas espécies-alvo da atividade pesqueira. Apesar da abundância aparente, as comunidades que dependem exclusivamente da pesca artesanal estão ameaçadas pelas práticas insustentáveis de capturas e pela sua gestão ineficiente, somada aos desafios futuros das mudanças climáticas.

**OBJETIVO GERAL:** Promover o aperfeiçoamento da estrutura de governança da atividade pesqueira artesanal com foco na escala das soluções do Programa Pesca para Sempre para 12 municípios que fazem parte das Reservas Extrativistas Marinhas do estado do Pará. Essa visão será concebida por meio de três diretrizes inter-relacionadas do programa, que também são transversalmente integradas à solução de adoção de comportamento:

1. **Inclusão Financeira e Mercados:** Viabilizar a inclusão financeira e o mercado justo para os pescadores artesanais;
2. **Gestão Baseada na Comunidade:** Estabelecer e fortalecer a gestão pesqueira compartilhada baseada na comunidade,
3. **Políticas Públicas & Governança:** Suportar acesso à cidadania por meio do apoio na definição / operacionalização de políticas públicas e na governança visando priorizar o acesso e uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores e pescadoras artesanais marinho-costeiros.

Embora a inclusão financeira seja a chave para diversificar as fontes de renda e construir a segurança dos meios de subsistência, a gestão baseada na comunidade e as políticas públicas fornecerão aos pescadores os meios para gerenciar suas pescarias com base em objetivos financeiros de longo prazo, em vez das pressões de curto prazo que levam à sobrepesca.



#### 4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

O Programa Pesca para Sempre, iniciado há 4 anos, contemplou nas etapas de 2019-2020, a promoção da geração de conhecimento (coleta de dados e capacitações), a construção de capacidades sobre as diferentes temáticas do programa nos públicos-alvo e a introdução de ferramentas de tecnologia para facilitar a gestão em longo prazo dos territórios. No período 2020-2021 deu-se continuidade na promoção da geração de conhecimento e capacidades. No biênio 2021-2022 a prioridade é executar ações voltadas à inclusão produtiva de produtos pesqueiros para comercialização e fomentar a construção de modelos de negócios de base comunitária que sejam sustentáveis e adequados às realidades locais. A partir de 2022 o Programa Pesca para Sempre com a rede de parceiros pretende, além de dar continuidade às atividades anteriormente desenvolvidas, focar esforços no compartilhamento dos resultados de impacto do Programa e fomento da capacidade de captação de recursos de associações locais para manutenção de projetos.





## 5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES

### Eixo: 1. INCLUSÃO FINANCEIRA E MERCADOS

Meta	Ação	Descrição Sucinta da Ação	Produto/Resultado Esperado	Responsável/ Envolvidos	Cronograma
1.1. Apoiar a inclusão financeira das comunidades pesqueiras no estado do Pará.	1.1.1. Apoiar a formação de Clubes de poupança comunitários nas 12 Reservas Extrativistas Marinhas do Pará.	Proporcionar poupanças simples e facilidades de crédito em comunidades que não tenham acesso a serviços financeiros oficiais, sendo as mulheres das comunidades, o principal público-alvo. Objetiva ainda, por meio de reuniões, estabelecer espaços para discussão de temas críticos à gestão das Resex ou de interesse das mulheres rurais, incrementando assim, o capital social.	- 100 Clubes de Poupança criados ao longo de 5 anos; - 36 feiras de economia solidária realizadas pelos coletivos de mulheres das Resex.	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.
	1.1.2. Apoiar a inclusão financeira de comunidades de pescadores e pescadoras.	Desenvolver portfólio de cursos para apoiar a inclusão financeira de pescadores e pescadoras: 1. Introdução à Educação Financeira; 2. Serviços Financeiros oferecidos pelas agências bancárias e aplicativos de banco; 3. Acesso a linhas de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).	- 05 Cursos desenvolvidos; - Avaliação do nível de conhecimento dos participantes dos cursos pré e pós capacitação realizada;	Rare Brasil	Mês 1 a Mês 60.

1.2. Apoiar a Inclusão de Mercados das comunidades costeiras no estado do Pará.	1.2.1. Apoiar o Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Caranguejo-uçá.	Suportar tecnicamente a regularização sanitária dos espaços de beneficiamento do caranguejo-uçá e apoiar o acesso ao mercado de compras públicas (PAA e PNAE).	- 01 Plano de Negócios para 1 RESEX desenvolvido com pessoas capacitadas pelos cursos de educação sanitária aferida; - Capacitar a comunidade sobre regulamentação sanitária - Campanhas de sensibilização sobre segurança do alimento realizada; - Plano de captação de recursos desenvolvido.	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.
<b>Eixo: 2. GESTÃO DE BASE COMUNITÁRIA</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Descrição sucinta da Ação</b>	<b>Produto/Resultado Esperado</b>	<b>Responsável/ Envolvidos</b>	<b>Cronograma</b>
2.1. Apoiar o fortalecimento de Conselhos Deliberativos.	2.1.1. Estimular a participação de jovens e renovação de lideranças comunitárias na gestão das Resex.	Estimular a participação de jovens e renovação de lideranças comunitárias na gestão das Resex por meio de formação de protagonismo juvenil.	- Formação e capacitação de grupo de protagonismo juvenil para o desenvolvimento de plano de ação e atuação no território das Unidades de conservação costeiras do estado do Pará	Rare Brasil	Mês 1 a Mês 60.






2.2. Apoiar a geração de dados para subsidiar a Tomada de Decisão.	2.2.1. Gerar e analisar dados da Produção pesqueira.	Implementar o Monitoramento Participativo da Pesca e o Registro da Produção e fornecer treinamento aos usuários, como compradores(as) e pescadores(as).	- Ter 50% das Resex Marinhas do estado do Pará com representantes reportando a produção pesqueira.	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.
	2.2.2. Gerar e analisar dados Ecológicos.	Monitorar as tendências ecológicas ao longo do tempo, dentro e fora das áreas de acesso gerenciado, por meio de parcerias com atores locais, universidades e governo. Esta ação visa apoiar a construção de base científica para a criação de Áreas de Conservação e Recuperação de Estoques (ACRES) para espécies de importância comercial, como camarão, ostras e caranguejo.	- Realizar o monitoramento ecológico padronizado em 24 pontos;	Rare Brasil	Mês 1 a Mês 60.
	2.2.3. Analisar o impacto das mudanças climáticas, em escala local, na pesca e a resiliência das comunidades.	Realizar uma avaliação para identificar ameaças climáticas locais e buscar ações de mitigação, adaptadas a realidade local. Esta análise será realizada tanto globalmente, por meio de uma ferramenta estruturada pelo Programa Pesca Para Sempre, quanto localmente, com a conexão de informações coletadas e workshops participativos.	- Matriz de indicadores de impacto de mudanças climáticas regionais para manguezais e estuários desenvolvida, - 01 Relatório de avaliação com a matriz de indicadores regionais realizado;	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.

2.3. Apoiar e implementar campanhas para mudança de comportamentos.				<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 painel de impacto das mudanças climáticas regionais apresentado;</li> <li>- 01 Plano de ação de Mitigação com pelo menos 01 segmento realizada;</li> <li>- 01 Nota técnica elaborada.</li> </ul>		
	2.2.4. Realizar pesquisa socioeconômica.	Avaliar o perfil socioeconômico para geração de linha de base sobre comportamentos e qualidade de vida das comunidades das Resex.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 12 RESEX com entrevistas socioeconômicas realizadas;</li> <li>- 12 painéis de resultados elaborados;</li> </ul>	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.	
	2.3.1. Realizar Campanha Nacional	Implementar campanhas, em âmbito nacional, de reforço aos comportamentos-chave: Reportar, Registrar, Respeitar e Participar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 Plataforma "open access" para compartilhamento de pacote de materiais para divulgação de campanha disponibilizada.</li> </ul>	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.	
	2.3.2. Realizar Campanha Estadual	Implementar campanhas, em âmbito estadual, de reforço aos comportamentos-chave: Reportar, Registrar, Respeitar e Participar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 Campanha estadual que promova o engajamento de comunidades pesqueiras no reforço aos comportamentos-chave lançada.</li> <li>- 01 Campanha de protagonismo feminino</li> </ul>	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.	



				<p>"Mães do Mangue" realizada.</p> <p>- 01 Campanha de conservação as áreas de Mangue – Julho Verde realizada</p>			
	2.3.3. Realizar Campanhas Locais.	Implementar campanhas, em âmbito local, de reforço aos comportamentos-chave: Reportar, Registrar, Respeitar e Participar.	<p>- 01 Plano de campanha para reforço dos comportamentos das lideranças públicas, realizado;</p> <p>- 01 Plano de campanha para reforço de comportamento de gestores de UC, realizado;</p> <p>- 12 Planos de campanha para reforço de comportamento nas Resex, realizado.</p>	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.		
2.4. Propor Áreas de Conservação e Recuperação de Estoques (ACRES).	2.4.1. Consultar as comunidades para identificação de potenciais Áreas de Conservação e Recuperação de Estoques (ACRES).	<p>Apoiar as comunidades pesqueiras no estabelecimento de áreas de conservação e recuperação de estoques (ACRES).</p> <p>Estas áreas são estabelecidas com base no zoneamento espacial marinho, que leva em consideração o conhecimento tradicional e científico na produção de modelagens ecossistêmicas que sugerem</p>	<p>- 01 encontro com as comunidades para mapeamento participativo realizado;</p> <p>- 04 encontros com as comunidades para validação de áreas realizados;</p> <p>- 01 mapa de delimitação da ACRES, com base no</p>	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.		




		áreas críticas para conservação do manguezal e caranguejo-uçá ou outras espécies-alvo.	Conhecimento Ecológico Local elaborada; - 01 nota técnica elaborada para criação de ACRES;		
	2.4.2. Capacitar gestores em planejamento de ACRES	Capacitar gestores em planejamento e execução da rede de ACRES	- 04 capacitações para técnicos da SEMAS, Gestores de UC's e Gestores Públicos na temática do planejamento de ACRES;	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.
2.5 Capacitação	2.5.1. Capacitar servidores estaduais	Capacitar servidores estaduais para desenvolvimento da gestão da participativa da pesca de pequena escala no estado do Pará	- Realizar diagnóstico avaliativo dos servidores estaduais da SEMAS sobre a pesca de pequena escala. - Servidores estaduais da SEMAS de pelo menos duas diretorias que atuem na gestão compartilhada da pesca capacitados.	Rare Brasil SEMAS	
	2.5.2. Capacitar servidores municipais	Capacitar servidores municipais para desenvolvimento da gestão da participativa da pesca de pequena escala no estado do Pará	- Servidores municipais que atuem na gestão compartilhada da pesca capacitados.	Rare Brasil SEMAS	
	2.5.3. Capacitar comunidades	Capacitar as comunidades para desenvolvimento da gestão da	- Comunidade locais capacitadas para maior	Rare Brasil	



		participativa da pesca de pequena escala no estado do Pará	efetividade da gestão compartilhada da pesca no estado	SEMAS	
	2.5.4. Capacitar gestores das Unidades de conservação, servidores municípios	Capacitar os servidores ligados a gestão das Unidades de conservação e servidores municipais para uso do SICAR módulo PCT, para inscrição do CAR coletivo.	- 3 núcleos de gestão integrada capacitados; - 12 municípios capacitados; - 3 Resex com apoio a atualização do Beneficiário aptos para realizar o CAR coletivos.	SEMAS Rare	
<b>Eixo: 3. POLÍTICAS PÚBLICAS &amp; GOVERNANÇA</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Descrição Sucinta da Ação</b>	<b>Produto/Resultado Esperado</b>	<b>Responsável/ Ponto Focal</b>	<b>Cronograma</b>
3.1 Rede de Lideranças Públicas (Coastal500)	3.1.1. Promover uma rede de lideranças públicas no estado do Pará com foco nos 47 municípios costeiros.	Desenvolver redes de lideranças para capitalizar as ações do Programa Pesca para Sempre de modo a realizar maior incidência política em prol da pesca de pequena escala no estado do Pará com foco nos 47 municípios costeiros	- 47 municípios engajados na Rede de Lideranças Públicas; - 47 cartas de compromisso assinadas; - 47 municípios capacitados em gestão compartilhada da pesca de pequena escala; - 5 municípios em um evento global sobre pesca de pequena escala; - 5% dos municípios da zona costeira paraense incorporando elementos do Pesca para Sempre no PPA;	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.

3.2 Identificar e fortalecer caminhos para a regulamentação legal.	3.2.1. Estruturar o caminho para o estabelecimento e implementação de acordos de pesca/instrumentos de gestão existentes para o desenvolvimento dos conselhos nos fóruns de gestão compartilhada	Suportar o estabelecimento e implementação de acordos de pesca e planos de manejo na zona costeira do estado do Pará	- 20% dos municípios na zona costeira paraense dedicando recursos novos ou existentes para apoiar atividades de gestão pesqueira artesanal.	SEMAS Rare Brasil	Mês 1 a Mês 60.			
			- 12 Municípios costeiros suportando a criação e implementação acordos de pesca					
			- 12 Municípios costeiros suportando a criação e implementação de planos de manejo	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.			
	3.2.1. Apoiar no registro/cadastro para o acesso gerenciados das famílias extrativistas	Suportar famílias de pescadores nos processos de cadastramentos/registros para o acesso gerenciado de forma a garantir seus direitos e deveres	- Realizar ação de registro/cadastro (SisRGP e/ou Beneficiário e/ou Associado e/ou CAR Coletivo) em forma de mutirão nas 12 Resex marinhas costeiras  - Engajar 12 municípios da rede Coastal500 para apoiar na realização da ação de registros/cadastro (SisRGP e/ou Beneficiário e/ou Associado e/ou CAR Coletivo)  - Engajar o Estado para apoiar na realização dos registros/cadastros (SisRGP e/ou Beneficiário e/ou Associado e/ou CAR Coletivo)	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.			



3.3 Estimular Comprometimentos Políticos.	3.3.1. Realizar incidência política por meio de documentos formais, tais como: leis, políticas, acordos públicos assinados entre atores-chave.	Suportar o desenvolvimento dos comprometimentos políticos voltados para a pesca de pequena escala no estado do Pará.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposições técnicas de melhoria na legislação estadual relacionada à atividade pesqueira apoiadas;</li> <li>- Renovações e/ou criações de legislações municipais apoiadas;</li> <li>- 01 guia para gestão estadual e municipal sobre participação social desenvolvido;</li> <li>- 01 guia para gestão estadual e municipal sobre funcionamento de Conselhos Estaduais e Municipais desenvolvido;</li> </ul>	Rare Brasil SEMAS	Mês 1 a Mês 60.
<b>Eixo: 4. AVALIAÇÃO</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Descrição Sucinta da Ação</b>	<b>Produto/Resultado Esperado</b>	<b>Responsável/ Ponto Focal</b>	<b>Cronograma</b>
4.1. Avaliações Anuais.	4.1.1. Realizar Seminários anuais e relatórios.	Realizar seminário e elaborar relatório de atividades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 Seminário de avaliação anual do Programa realizado;</li> <li>- 01 Relatório anual de Atividades elaborado.</li> </ul>	Rare Brasil	01 Seminário por ano a partir de 2023.
4.2. Avaliação final.	4.2.1. Realizar Oficina de avaliação final	Realizar oficina de avaliação final da implementação do Programa Pesca Para Sempre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 Oficina Final com resultados realizada;</li> <li>- 01 Relatório Final de Avaliação de resultados elaborado.</li> </ul>		Até Novembro de 2027.